

v. 7 • n. 13 • dez. 2010
Semestral

Edição em Português

Glenda Mezarobba

Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade:
O Dificil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil

Gerardo Arce Arce

Forças Armadas, Comissão da Verdade e Justiça Transicional no Peru

MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Felipe González

As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Juan Carlos Gutiérrez e Silvano Cantú

A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas Internacionais
de Proteção dos Direitos Humanos

Debra Long e Lukas Muntingh

O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção
na África e o Comitê para Prevenção da Tortura na África:
Potencial para Sinergia ou Inércia?

Lucyline Nkatha Murungi e Jacqui Gallinetti

O Papel das Cortes Sub-Regionais no Sistema Africano
de Direitos Humanos

Magnus Killander

Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos

Antonio M. Cisneros de Alencar

Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano de Direitos Humanos
no Âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na Corrente

Por Borislav Petranov



CONSELHO EDITORIAL

- Christof Heyns** Universidade de Pretória (África do Sul)
Emílio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyed Universidade do Cairo (Egito)
Richard Pierre Claude Universidade de Maryland (Estados Unidos)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa
Flavia Scabin
Juana Kweitel
Glenda Mezarobba
Thiago Amparo

EDIÇÃO

Renato Barreto
Tania Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

Carolina Fairstein (espanhol)
Marcela Vieira (português)
Paola Limon (inglês)

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

CIRCULAÇÃO

Renato Barreto

IMPRESSÃO

Prol Editora Gráfica Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

- Alejandro M. Garro** Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato Universidade Central da Venezuela (Venezuela)
Daniela Ikawa Public Interest Law Institute (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdés Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Representante Regional, Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert FLACSO (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (UBA) (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional de Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <www.revistasur.org>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); DOAJ (Directory of Open Access Journals); Scielo e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEInonline. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

SUMÁRIO

-
- GLEND A MEZAROBBA **7** Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade:
O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil
- GERARDO ARCE ARCE **27** Forças Armadas, Comissão da Verdade
e Justiça Transicional no Peru

MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

-
- FELIPE GONZÁLEZ **51** As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano
de Direitos Humanos
- JUAN CARLOS GUTIÉRREZ
E SILVANO CANTÚ **75** A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas
Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
- DEBRA LONG E LUKAS
MUNTINGH **99** O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção
na África e o Comitê para Prevenção da Tortura na África:
Potencial para Sinergia ou Inércia?
- LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI **121** O Papel das Cortes Sub-Regionais no Sistema
Africano de Direitos Humanos
- MAGNUS KILLANDER **149** Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos
- ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR **177** Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano
de Direitos Humanos no Âmbito do Mecanismo de Revisão
Periódica Universal

IN MEMORIAM

-
- BORISLAV PETRANOV **192** Kevin Boyle – Um Elo Forte na Corrente

APRESENTAÇÃO



É um grande prazer para nós apresentar o décimo terceiro número da Revista Sur. Este número aborda os mecanismos regionais de proteção de direitos humanos. O objetivo da presente edição é justamente debater o desenvolvimento desses sistemas regionais, suas dificuldades e potencialidades e discutir as possibilidades de cooperação e interação entre eles e o sistema internacional de direitos humanos.

O primeiro artigo do dossiê, intitulado **As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**, de Felipe González, revisa o tratamento dispensado pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos às medidas de urgência (cautelares, no caso da Comissão, e provisórias, no caso da Corte).

Juan Carlos Gutiérrez e Silvano Cantú, em **A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos**, abordam alguns casos dos sistemas universal, interamericano, africano e europeu de proteção dos direitos humanos para situar a questão da jurisdição militar em uma perspectiva comparativa, especialmente quando tal jurisdição torna-se extensiva a civis, sejam eles sujeitos passivos ou ativos.

Tratando especificamente do sistema africano, Debra Long e Lukas Muntingh, em artigo intitulado **O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção na África e o Comitê para Prevenção da**

Tortura na África: Potencial para Sinergia ou Inércia?, analisam os mandatos desses dois Mecanismos Especiais e consideram o potencial conflito gerado pela cumulação de dois mandatos por um único membro.

Este número também traz um artigo de Lucyline Nkatha Murungi e Jacqui Gallinetti sobre o papel das cortes das Comunidades Econômicas Regionais africanas na proteção dos direitos humanos no continente, em **O Papel das Cortes Sub-Regionais no Sistema Africano de Direitos Humanos**.

Magnus Killander, em **Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos**, ilustra como os tribunais regionais de direitos humanos tem seguido, para interpretação de tratados internacionais sobre a temática, as regras estabelecidas pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

Antonio M. Cisneros de Alencar, em **Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano de Direitos Humanos no Âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal**, sustenta que, a despeito das novas oportunidades de cooperação entre os sistemas global e regionais de direitos humanos, muito mais ainda pode ser feito para que o sistema interamericano se beneficie do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Esperamos que este número da Revista Sur chame a atenção de ativistas de

direitos humanos, organizações da sociedade civil e acadêmicos para as potencialidades de uma maior interação entre os sistemas regionais e internacional de direitos humanos.

Incluímos nesta edição também o artigo **Um Elo Forte na Corrente**, de Borislav Petranov, uma homenagem ao Prof. Kevin Boyle, excepcional acadêmico e defensor dos direitos humanos, e um parceiro incansável da Revista Sur e das demais iniciativas da Conectas Direitos Humanos. Sua trajetória continuará sendo para nós grande fonte de inspiração.

Mais dois artigos integram este número, ambos inseridos na temática da justiça de transição no contexto pós-ditatorial latino-americano. O artigo de Glenda Mezarobba, intitulado **Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: O Dificil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil**, reconstrói e analisa o processo de acerto de contas desenvolvido pelo Estado brasileiro junto às vítimas da ditadura e à sociedade, assim como discute o que foi feito e o que ainda resta fazer quanto aos deveres de verdade e justiça e em relação à reforma das instituições.

O artigo de Gerardo Alberto Arce Arce discute o processo peruano de estabelecimento de uma Comissão de Verdade e Reconciliação e a judicialização das violações de direitos humanos ocorridas durante o conflito armado interno a luz das relações entre as forças armadas peruanas

e as esferas política e civil da sociedade, em **Forças Armadas, Comissão da Verdade e Justiça Transicional no Peru**.

Esta é a segunda edição com a colaboração da Fundação Carlos Chagas (FCC), que passou a apoiar a Revista Sur a partir de 2010. Tal como na edição anterior, gostaríamos de agradecer à FCC esse apoio, o qual garantiu a continuidade da versão impressa desta revista. Da mesma maneira, gostaríamos de prestar nossos agradecimentos a MacArthur Foundation e a East East: Partnership Beyond Borders Program (Open Society Foundations) pelo apoio na presente edição.

Finalmente, gostaríamos ainda de agradecer o Centre for Human Rights, da Universidade de Pretória (África do Sul), e o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS, Argentina) pelas suas participações na chamada e na seleção de artigos deste décimo terceiro número.

Excepcionalmente, a presente edição, correspondente ao número de dezembro de 2010, foi impressa no primeiro semestre de 2011.

Por último, vale registrar que o próximo número da Sur terá como tema a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e a importância da transversalidade da questão da deficiência na temática dos direitos humanos.

Os editores.

IN MEMORIAM

KEVIN BOYLE – UM ELO FORTE NA CORRENTE¹

Borislav Petranov

Professor, advogado atuante e ativista, Kevin Boyle faleceu em 25 de dezembro de 2010, em Colchester, Reino Unido, onde formou muitas gerações de advogados e ativistas² de direitos humanos ao longo dos últimos 25 anos. Afetuosamente lembrado por seus alunos como um professor excepcionalmente apaixonado e encorajador, Kevin foi sobretudo um criador de instituições, além de extraordinário facilitador e colega. Como Diretor fundador da Artigo 19 (em 1986), uma importante força impulsionadora do mundialmente renomado Human Rights Centre de Essex, Presidente do Minority Rights Group International (2007-2010), e um jurista que expandia as fronteiras das práticas de direitos humanos, Kevin, nas palavras de um amigo, “conciliou magistralmente política, prática jurídica e vida acadêmica”.

Descrito por um de seus colegas mais próximos como um “gigante da comunidade de direitos humanos”, a vida profissional de Kevin Boyle confunde-se com a história do movimento de direitos humanos das últimas décadas – do crescimento extraordinário das normas e instituições de direitos humanos desde o meio dos anos 60 e do crescente uso dos direitos para mudança social até o desapontamento com o ritmo lento desse desenvolvimento e seu baixo impacto sobre as vítimas.

Acima de tudo, a vida de Kevin Boyle confunde-se com a história das origens dos direitos humanos nas lutas por justiça – e um exemplo perfeito do espírito combativo e de qualidades humanas e intelectuais que estão na raiz de sua trajetória vencedora, a despeito de alguns desvios e retrocessos temporários. Uma história de humildade e profunda bondade (“tratava os faxineiros e os chefes de Estado da mesma maneira”), uma “uma mistura cativante de nobreza de espírito, jovialidade, princípios e charme - envoltos por bom astral e afetividade”, nas palavras de um de seus mais velhos amigos e colegas.

Muitas das homenagens publicadas nos principais meios descreveram extensivamente a carreira e as realizações de Kevin. Contudo, para seus estudantes em particular e para seus colegas da área de direitos humanos ao redor do mundo, algumas lembranças se destacam especialmente³.



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.
Este artigo está disponível *online* em <www.revistasur.org>.

Direitos humanos referem-se à justiça na prática

Ao lidar com regras técnicas e circular por instituições cada vez mais complexas e numerosas, nós – advogados especialmente – podemos às vezes esquecer que, no fim das contas, o que importa é a justiça para o indivíduo que foi vítima de injustiça. Os gays durante a década de sessenta na Irlanda do Norte, os imigrantes na Irlanda, os camponeses arrancados de suas terras no leste da Turquia, ativistas perseguidos pelo que acreditavam, jornalistas perseguidos pelo que diziam ou pelo que veiculavam (ou que sofreram atentados em suas redações⁴), escusadores de consciência: todos foram “clientes” de Kevin nos numerosos casos em que trabalhou nos últimos quase quarenta anos. Como expressou Conor Gearty, “aqui parecia haver uma nova maneira de exercer o direito: reunir todo o material, as causas, as leis parlamentares, as complexidades doutrinárias – tudo aquilo a que o direito recorre para insular-se e proteger-se de escrutínio externo – e valer-se disso tudo não para desconcertar ou sufocar as pessoas, mas sim para empoderá-las e, assim, fortalecê-las”.⁵

Expandindo as fronteiras dos direitos humanos

Para uma geração que por vezes se depara com um desconcertante conjunto de normas e instituições, é difícil imaginar o que era ser um advogado de direitos humanos em 1966, quando Kevin se tornou um jovem professor de Direito na Irlanda do Norte - a Convenção contra o Genocídio (em vigência desde 1951) era o único tratado internacional de direitos humanos que vigia à época (apesar da Convenção contra a Discriminação ter sido assinada em 1965, ela só entrou em vigor em 1969). A Corte Européia de Direitos Humanos não emitiu nenhuma sentença em 1966, e em 1972, quando Kevin assumiu um de seus primeiros casos ante a então Comissão, a Corte emitiu duas sentenças (ambas sobre reparação razoável e não sobre mérito)⁶. Nesse contexto, a idéia de dar aos peticionários acesso direto à Corte – que em 2010 emitiu 1499 sentenças em um universo de 2607 petições – teria soado extravagante e pouco realista.

Associado com mais de 100 casos, a carreira jurídica de Kevin se caracterizou pela tentativa de expansão das fronteiras do Direito com o intuito de que ele transcendesse “o teórico e o ilusório” e se tornasse mais “prático e efetivo”⁷.

Como reivindicar direitos individuais em situações nas quais as políticas e as práticas (um padrão de violações, uma “prática administrativa”) tornam as violações rotineiras e os recursos jurídicos ilusórios foi o tema dominante dos casos assumidos por Kevin – relacionados à Irlanda do Norte e à Turquia, em particular. Isso continua sendo um grande desafio para os sistemas de proteção de direitos humanos baseados em petições individuais, a despeito das reformas das instituições e dos avanços jurisprudenciais.

Essa linha de trabalho começou com um caso assumido por Kevin

Ver as notas deste texto a partir da página 195.

aproximadamente quarenta anos atrás, a partir do qual a então Comissão Européia de Direitos Humanos estabeleceu (mesmo tendo declarado o caso inadmissível) que não seria necessário esgotar os recursos domésticos se pudesse ser evidenciado que os alegados abusos faziam parte de uma prática administrativa⁸. Desenvolvida através de uma série de casos desde então⁹, esta questão – ainda sensível em uma série de países, tais como a Rússia, e familiar aos leitores de todo o mundo – foi obviamente central nos mais de sessenta casos que Kevin (juntamente com colegas de Essex e de ONGs em Londres e na Turquia) levou à Corte em um período de aproximadamente dez anos. Segundo o Presidente da Corte Européia de Direitos Humanos, Kevin e seus colegas deram uma “importante contribuição aos direitos humanos em áreas cruciais como tortura, desaparecimentos, execuções e detenções arbitrárias”¹⁰.

Formando as novas gerações de militantes de direitos humanos

Os últimos 25 anos da vida de Kevin estiveram estreitamente ligados ao Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex no Reino Unido, alguns anos depois de ele ter fundado o Centro Irlandês de Direitos Humanos em Galway. O Centro de Essex, criado por sugestão de Kevin ao então Decano de Direito de Essex em 1983, ganhou força depois que Kevin e Nigel Rodley, que foi durante muito tempo Diretor Jurídico da Anistia Internacional, se incorporaram em 1989 e 1990, transformando-o em um centro multidisciplinar de pesquisa, ensino e apoio às atividades de litígio. Kevin dirigiu o Centro durante metade de sua existência, período durante o qual o Centro ampliou a oferta de cursos, empreendeu vários e interessantes projetos de colaboração, mas, sobretudo, se converteu em uma espécie de lar para toda uma rede mundial de militantes de direitos humanos, para seus mais de 1700 alunos de várias dezenas de países que se encontram presentes em praticamente todas as organizações de direitos humanos.

Um líder por natureza – construtor de instituições

Sobre a mesa da recepção do funeral de Kevin havia duas fotografias: uma de um coroinha cujo olhar revelava uma determinação silenciosa, e outra, de um jovem com um megafone, rodeado de policiais, dirigindo-se a alguns manifestantes na Irlanda do Norte. Kevin era um líder nato – quando criança foi apelidado de “rei” – mas um líder amante do consenso e do empoderamento, na fundação ou transformação do Centro Irlandês de Direitos Humanos e do Centro de Direitos Humanos de Essex, na direção do Artigo 19 e na presidência do Minority Rights Group International. Em todas essas funções, como disseram alguns de seus colegas dessas ONGs, “levava seu conhecimento e seu talento com simplicidade” e era querido por todos que o rodeavam. Acompanhava os estudantes em suas marchas na Irlanda do Norte, pagava as multas das mulheres negras pobres sul-africanas cujas sentenças, em virtude das leis aprovadas, ele observava, se detinha e incentivava as pessoas na angariação de fundos para boas causas, e disponibilizava seu tempo para aconselhar colegas que tentavam formar novas

organizações. Não é surpreendente que ele tenha conseguido criar relações de trabalho extraordinárias ao longo de toda a sua vida com vários colegas distintos (e provavelmente bastante obstinados), como Tom Hadden, com quem escreveu vários livros sobre a Irlanda do Norte, Françoise Hampson, com quem trabalhou em muitos casos do sudoeste da Turquia, e Sir Nigel Rodley, querido colega do Centro de Direitos Humanos de Essex.

Kevin também era um firme defensor dos ativistas do Sul Global que chegavam à Essex com variadas formações jurídicas e políticas. Tinha a capacidade de entender os vários desafios e ajudar seus alunos a valorizar suas próprias experiências e de maneira a encarar tais desafios. Kevin era criativo, generoso e aberto a novas iniciativas. Auxiliou toda uma nova geração de estudantes brasileiros em Essex, e visitou o Brasil em várias oportunidades para apoiar o estabelecimento de novas instituições – como o Mestrado em Direitos Humanos no Estado do Pará, e o Centro de Direitos Humanos na Universidade de Brasília –, para assessorar acadêmicos e organizadores e para ministrar aulas. Seu legado é um sólido grupo de acadêmicos e ativistas comprometidos a seguir seu caminho.

NOTAS

1. Título retirado de uma dedicatória de Seamus Heaney para Kevin escrita na folha de rosto de uma cópia de sua coleção de poemas "Human Chain".
2. Muitos dos quais poderiam certamente dizer que devem suas carreiras no campo dos direitos humanos a ele.
3. Ver http://www.ehrra.org/index.php?page=memorial&page_ref=19; <http://www.guardian.co.uk/law/2011/jan/02/kevin-boyle-obituary>; http://www.ruthdudleyedwards.co.uk/journalism11/IrInd11_2.html.
4. Ver European Court of Human Rights, *Bankovc and Others v. Belgium and 16 Other Contracting States* (application no. 52207/99), Decisão de 12 de dezembro de 2001.
5. <http://therightsfuture.com/common-tracks/in-honour-of-kevin-boyle/>, acessado em 15 de Maio de 2011
6. Ver 10.3.1972 - *De Wilde, Ooms and Versyp c. Belgique/v. Belgium* (article 50); e 22.6.1972 - *Ringeisen c. Autriche/v. Austria* (article 50); ver também <http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/Case-Law/Decisions+and+judgments/Lists+of+judgments/>.
7. Citado em uma famosa sentença da Corte Européia de Direitos Humanos. Ver, por exemplo, *Artico v. Itália*, 1980, 3 EHRR 1, par. 33.
8. Kevin Boyle & Hurst Hannum, *The Donnelly Case, Administrative Practice and Domestic Remedies Under the European Convention: One Step Forward and Two Steps*. *The American Journal of International Law*, Vol. 71, No. 2, pp. 316-321 (1977).
9. O entendimento atual exige o peticionário da necessidade de esgotar os recursos domésticos se há "repetição de atos incompatíveis com a Convenção e tolerância oficial evidenciada das autoridades estatais" e se a natureza do caso torna os procedimentos internos fúteis ou inefetivos (*Aksoy v. Turkey*, § 52), ver *Practical Guide on Admissibility Criteria*, <http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/Case-Law/Case-law+information/Key+case-law+issues/>
10. Kevin listou alguns desses casos em *Twenty-Five Years of Human Rights at Essex*. *Essex Human Rights Review*, 2008; ver também Reidy, Hampson & Boyle. *Gross violations of human rights: invoking the ECHR in the case of Turkey*. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, vol. 15, number 2, pp. 161-73 (1997).

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ
Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN
Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE
Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND
Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY
A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO
Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY
Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM
Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE
Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES
O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE
Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND
Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY
Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH
Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN
Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA
O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ
Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO
A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN
Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE
O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE
Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA
Direitos humanos e justiciabilidade: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR
Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE
O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO
Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA
Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER
Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN
Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ
Breves considerações sobre os

mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE
Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK
Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN
Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ
O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA
O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE
Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD
Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO
Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER
Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI
O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA
A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES
A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade?
Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN
Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as "gerações roubadas": revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ
Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E

STEPHANIE ERIN BREWER
O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO

LOVERA PARMO
Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES,
MARCELA FOGAÇA VIEIRA E
RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

"Crianças muito más": "Tortura indiana" e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E
DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E
LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE
TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE
E JAVIER AGUIRRE ROMÁN
As Tensões da Dignidade Humana:
Conceituação e Aplicação no Direito
Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA E
WEDERSON RUFINO DOS SANTOS
Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em Tempos de Cólera: Direitos
LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD
Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais no
Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-
Jurídica

ANN BLYBERG
O Caso da Alocação Indevida: Direitos
Econômicos e Sociais e Orçamento
Público

ALDO CALIARI
Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY
A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe Election
Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY
Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.
A Eficácia do Sistema Interamericano
de Proteção de Direitos Humanos:
Uma Abordagem Quantitativa
sobre seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE
Commonwealth of Nations:
Estratégias Intergovernamentais e
Não-governamentais para a Proteção
dos Direitos Humanos
em uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL
Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais para
os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ
Reflexões sobre o Papel do Forum

Permanente sobre Questões Indígenas
das Nações Unidas em relação aos
Objetivos de Desenvolvimento do
Milênio

ALICIA ELY YAMIN
Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI
Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA
Mudança Climática e os Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio: O Direito
ao Desenvolvimento, Cooperação
Internacional e o Mecanismo
de Desenvolvimento Limpo

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

LINDIWE KNUTSON
O Direito das Vítimas do *apartheid* a
Requerer Indenizações de Corporações
Multinacionais é Finalmente
Reconhecido por Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ
O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

A Fundação Carlos Chagas tem como premissa essencial a questão da cidadania. Em suas especialidades e linhas de pesquisa, atua com vistas ao desenvolvimento humano-social.

A produção em pesquisa na FCC, articulada entre os pólos de avaliação de políticas, gênero e raça, abrange aprofundados estudos sobre os vários níveis de ensino.

Nas três publicações da Fundação – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional e Textos FCC –, essa produção acadêmica divide espaço com o trabalho de pesquisadores de outras instituições e possibilita uma visão diversificada sobre as questões da área.



Fundação Carlos Chagas

REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO WWW.FCC.ORG.BR